



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021  
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.665.700.875,08	23.729.434.870,40	22.574.312.090,38	23.030.006.668,61
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual	21.428.165.616,96	22.222.981.400,24	21.247.846.024,16	21.758.100.961,47
4	Empréstimos	11.247.430.738,09	11.562.502.657,51	11.370.761.115,91	9.266.019.798,20
5	Internos	11.199.113.489,06	11.514.271.356,26	11.324.853.193,09	9.218.284.955,85
6	Externos	48.317.249,03	48.231.301,25	45.907.922,82	47.734.842,35
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	10.013.431.299,49	10.459.435.003,50	9.698.850.991,31	12.318.264.172,68
8	Financiamentos	0,00	2.573.638,67	0,00	0,00
9	Internos	0,00	2.573.638,67	0,00	0,00
10	Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Parcelamento e Renegociação de dívidas	167.303.579,38	167.527.144,04	172.213.026,00	167.796.099,65
12	De Tributos	5.827.146,97	5.480.235,88	4.636.850,76	4.053.916,74
13	De Contribuições Previdenciárias	0,00	3.974.214,94	6.535.030,51	6.024.758,33
14	De Demais Contribuições Sociais	161.476.432,41	158.072.693,22	158.714.043,11	156.028.247,90
15	Do FGTS	0,00	0,00	240.325,15	226.270,58
16	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	2.086.776,47	1.462.906,10
17	Demais Dívidas Contratuais	0,00	30.942.956,52	6.020.890,94	6.020.890,94
18	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.237.535.258,12	1.506.453.470,16	1.326.466.066,22	1.271.905.707,14
19	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.603.649.044,21</b>	<b>5.245.241.059,50</b>	<b>7.768.159.436,20</b>	<b>8.562.212.495,60</b>
21	Disponibilidade de Caixa¹	3.603.649.044,21	5.243.562.485,42	7.765.654.216,64	8.561.646.744,39
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.487.231.552,60	5.967.129.339,38	8.358.663.346,36	9.251.620.579,75
23	(-) Restos a Pagar Processados	883.582.508,39	723.566.853,96	593.009.129,72	689.973.835,36
24	Demais Haveres Financeiros	0,00	1.678.574,08	2.505.219,56	565.751,21
25	<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>19.062.051.830,87</b>	<b>18.484.193.810,90</b>	<b>14.806.152.654,18</b>	<b>14.467.794.173,01</b>
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.323.342.281,46	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	31.545.320.020,20
27	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.713.227,00	12.723.415,00	568.535,52	5.720.535,52
28	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.309.629.054,46	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	31.539.599.484,68
29	% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I / VI)	86,15	83,97	75,99	73,02
30	<b>% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III / VI)</b>	<b>72,45</b>	<b>65,41</b>	<b>49,84</b>	<b>45,87</b>
31	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	52.619.258.108,92	56.517.704.515,12	59.412.488.655,82	63.079.198.969,36
32	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	47.357.332.298,03	50.865.934.063,61	53.471.239.790,24	56.771.279.072,42

  

Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
33	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
34	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	81.823,20	0,00	0,00
35	PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	91.481.702.150,40
36	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
37	DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	28.312.181,78	28.515.894,69	15.820.857,29	43.634.242,19
38	RP NÃO-PROCESSADOS	653.840.234,45	157.797.305,47	88.405.841,31	3.347.362.042,79
39	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
40	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
41	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	200.664.520,29	200.664.520,29	200.664.520,29	200.664.520,29

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

- NOTAS:
- Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada", ou, no caso da Dívida Previdenciária, na linha "Obrigações não integrantes da DC". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor deverá ser (0) "zero".
  - Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
  - Linha "Insuficiência Financeira (3)", somente será preenchida quando o valor da linha Disponibilidade de Caixa for negativa no quadro da DC.



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021  
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

NOTAS: 4. Alterações implementadas, quanto ao Mapeamento:

- a) Não considerado no "Campo 19 - Outras Dívidas" o saldo das contas iniciadas em "894 - Controle de Obrigações sem Autorização Orçamentária para Fins da LRF" excluídos os saldos dos órgãos 1762-Goiás Previdência (GOIÁSPREV), 1780-Fundo Financ. Reg. Pro Prev. Servidor, 1781-Fundo Financ. Reg. Prev. Militar e 1782-Fundo Previdenciário, conforme Mapeamento V.3 de 07/05/2021 para o MDF 11ª edição, no total de R\$ 849.516.440,30.  
- Considerando que as contas 8941 estão sendo utilizadas no Estado de Goiás para registro dos controles das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, quanto à Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC, controles inerentes às análises da arrecadação, controles do fechamento do Quadro 3 do Anexo 14, não enquadrando no conceito de "financiamento com credor" ou "operações de crédito", constante do MDF 11ª edição, pág. 547.  
- Considerando que as contas 8942 estão sendo utilizadas no Estado de Goiás para registro de controles para emissão de Relatórios Fiscais, quanto às obrigações por competência, créditos a receber e Transferências da União relacionadas às Emendas Individuais e de Bancada. Sendo que, também não se encaixariam no conceito de Dívida Consolidada. Considerando que "Não deverão ser considerados como parte integrante da Dívida Consolidada as provisões e apropriações por competência que representam o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado, tais como provisões para riscos trabalhistas, provisões matemáticas, provisões para riscos tributários, provisões para riscos cíveis, provisões para riscos de contratos de parceria público-privada, apropriações de 13º salário e férias, entre outros. Ressalta-se que valores relevantes registrados nessa linha devem ser destacados em notas explicativas para que seja dada a publicidade necessária. (MDF 11ª edição, pág. 548)."
- b) Revisão da metodologia de busca do montante de Restos a Pagar Processados, seguindo o Mapeamento V. 3 para o MDF 11ª edição de 07/05/2021, em atendimento ao item c do Acórdão 2704/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Seguindo o texto do MDF e seu respectivo Mapeamento instituído pela STN.

Texto MDF: "Não devem ser considerados os restos a pagar processados relativos ao pagamento da Dívida Consolidada (inclusive dos precatórios integrantes da DC), tais como juros, encargos e amortizações da dívida, uma vez que esse montante já está incluído no saldo da DC, portanto, considerá-los nesse item gerariam efeito de duplicidade nos valores computados." (MDF 11ª Ed., pág. 548)

Mapeamento: CC (6.3.1.3.0.00.00 + 6.3.2.1.0.00.00 + 6.3.2.7.0.00.00 + 6.2.2.1.3.07.00); ND: 3.1.00.00.00 + 3.3.00.00.00 + 4.4.00.00.00 + 4.5.00.00.00 (EXCETO = MOD 91); EXCETO PO: 10112/10122/10132.

Regra aplicada: Saldos das contas correntes ligadas às contas contábeis iniciadas em 6313, 6321, 6327 e 6221307 que tenham Natureza de Despesa iniciada em 31, 33, 44 ou 45.  
Exceto aquelas de Modalidade de Aplicação "91-Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social".  
Exceto PO 10112/10122/10132 (exclusão dos órgãos 1762, 1780, 1781 e 1782).  
Exceto ND 33909102-Precatórios."

c) Restos a Pagar Não Processados não integrante da Dívida Consolidada, apurada com exclusão dos grupos de despesas 2 e 6, exclusão da ND 33909102-Precatórios e exclusão dos restos a pagar de RPPS (órgãos 1762, 1780, 1781 e 1782), conforme Mapeamento e MDF 11ª edição.

5. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2019 era de R\$ 957.369 milhões e ao final de 2020 passou a R\$ 973.510 milhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais). E das ações judiciais controladas pela PGE, que ao final de 2019 totalizavam R\$ 4.586.904.739,36 conforme Nota Técnica nº 1/2020 – GAPGE (Processo SEI 201900004098643) e em 31/12/2020, conforme informado pela Procuradoria-Geral do Estado (Processo SEI 202000004080858), totalizavam R\$ 12.513.199.374,00. Considerando os passivos contingentes relacionados, a DCL de Goiás potencialmente totalizará R\$ 27.954.503.547,01 que equivale a 88,63% da RCL ajustada.

Memória de Cálculo - DCL Potencial	1º Quadrimestre/2021	2º Quadrimestre/2021	3º Quadrimestre/2021
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>18.484.193.810,90</b>	<b>14.806.152.654,18</b>	<b>14.467.794.173,01</b>
Passivo Contingente - Celg D	957.369.000,00	973.510.000,00	973.510.000,00
Passivo Contingente - Ações judiciais (Porcesso 202000004080858)	4.586.904.739,36	12.513.199.374,00	12.513.199.374,00
<b>DCL Potencial</b>	<b>24.028.467.550,26</b>	<b>28.292.862.028,18</b>	<b>27.954.503.547,01</b>
RCL	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	31.545.320.020,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	12.723.415,00	568.535,52	5.720.535,52
<b>RCL Ajustada</b>	<b>28.258.852.257,56</b>	<b>29.706.244.327,91</b>	<b>31.539.599.484,68</b>
%	<b>85,03%</b>	<b>95,24%</b>	<b>88,63%</b>

Goiania, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado